



Data: 11.09.2021

Título: Prevenção do futuro

Pub: **Diário de Notícias**

Tipo: Jornal Nacional Diário



Secção: Nacional

Pág: 2;10

OPINIÃO HOJE

**Adriano
Moreira**
Prevenção do futuro
PÁG. 10

Área: 322cm² / 15%

Foto Titagem: 15.750

Cores: 4 Cores

ID: 7222715



Opinião Adriano Moreira

Prevenção do futuro

As surpreendentes consequências dos atentados, em 26 de agosto no Aeroporto de Kabul, incluindo o desastre consequente da decisão americana, que além de ser surpreendente quanto à formal anunciada decisão da Presidência, acentuaram a histórica dificuldade de evitar o pior para todos os estrangeiros que se aventuraram a ter intervenção sobre o território. Passados vinte anos em que os talibans assumiram lutar "contra o governo de Kabul apoiado pelos ocidentais", o ataque reivindicado pelo Estado Islâmico (EI), crescem as inquietações com a intervenção de radicais que façam ressurgir no país "um santuário mundial de terrorismo".

Os comentários geopolíticos convergem com frequência em que o desastre americano mais uma vez demonstra a regra da incapacidade das potências invasoras acompanharem as realidades desta chamada "eterna terra rebelde". Há seguramente uma memória de história que impeça repetidas intervenções de desastre, mas talvez não seja o tema mais exigente a evolução geopolítica interna do Afeganistão. O passivo mais global parece estar na situação da ONU, agente da Ordem Mundial ameaçada de um descaso das potências cujo projeto de interesse próprio vai provavelmente sofrer evoluções que apoiarão decisões e intervenções exigentes, não apenas quanto aos conceitos estratégicos das potências, em espera da concorrência agravada, mas a impor redefinição do centro de ordem que implicou a criação da ONU. Não faltaram áreas da ameaça do "pântano" quanto à intervenção e autoridade da ONU.

Passados dezenas de anos sobre a fundação, não faltaram também Secretários-Gerais da ONU com o poder da voz sobre as soluções do futuro do globalismo que com dificuldades atua, mas a evolução que nesta data atinge o passado dirigente dos EUA, mas também as demais potências desatentas desse projeto por darem superioridade e precedência ao seu interesse privativo. As mais citadas, ao lado dos EUA, evidentes interventores são a China e a Rússia. Destas, a que suscita mais larga atenção é a China, mas os Estados e povos que a crise global desafia, são mais, e o centro de intervenção criado, e agora em crise, foi a ONU, que não deixa de lembrar e lastimar a debilidade das capacidades e intervenções que a crise lhe causa com crescente abalo. Houve épocas em que a atenção dos Estados se empenhava no estudo das prevenções necessá-

rias para evitar a evolução agravada do futuro, mas a crise da ONU, quanto à relação dos seus recursos e decisões, não parece que o seu poder da voz conduza à justiça natural à voz dos poderes políticos. E todavia não faltam vozes, nem estudos, que tentam assegurar os programas de cooperação, da defesa da paz, da criatividade dos futuros dos povos, sem diferença de etnia, cultura, ou crenças. É por isso que a importância dos deveres dos povos e governações, intente assumir o "poder da voz" que orienta para respeitar a justiça natural.

Apresença e intervenção de Portugal na ONU, a defesa dos seus deveres a contribuição para a autoridade que inspirou a sua criação, é exigente em relação a não omitir o poder da voz que defende o credo dos valores. Não são secundários os publicados estudos que cobrem anos de história sobre *Portugal nas Nações Unidas*, um dos mais atuais organizado pelos especialistas Raquel Duque e José de Freitas Ferraz, com uma série de estudiosos cooperantes (Tinta da China, MMXXI). O número de portugueses que exercem funções na ONU é de qualidade indiscutível. Na Introdução, José de Freitas Ferraz e Raquel Duque, afirmam, com segurança, que "a ONU é a organização internacional mais abrangente de todas as organizações internacionais em termos de Estados Membros (193), assim como de objetivo e capacidade da sua estrutura interna".

O passado do projeto não afeta a urgência e autenticidade que esse passado legou, sobretudo quando os riscos cresceram. Trata-se de *Portugal nas Nações Unidas - 65 anos de história*, que é património internacional. O passado da intervenção portuguesa não ignora as funções e intervenções durante a desafiante política do colonialismo ocidental. A intervenção atual da visão portuguesa, e dos valores assumidos neste período de crise são claros na intervenção pública do governo português, bem apoiado nos estudos sobre Portugal nas Nações Unidas, citado, como exemplo, declarou o Ministro dos Negócios Estrangeiros, que "a verdade é que, sem as Nações Unidas, o uso da força nas delegações internacionais e a desafetação das pessoas e dos povos tinham sido ainda indispensáveis". Nos sessenta e cinco anos da História da criação da ONU, a intervenção portuguesa inscreve-se na linha de ameaça do pântano, apoiando um futuro em que a terra é a casa comum dos homens.